

Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

# **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2018**

#### PROCESSO Nº 053/2018

#### EDITAL Nº 037/2018

INTERESSADO: Prefeitura Municipal de Registro.

**UNIDADE REQUISITANTE:** Secretarias da Prefeitura Municipal de Registro/SP.

### LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA1

### 1 - DO PREÂMBULO

1.1. - A PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, estabelecida à Rua José Antônio de Campos, 250 – Centro – Registro/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 45.685.872/0001-79, através da Senhora Secretária Municipal de Administração, DÉBORA GOETZ ACETO, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<a href="https://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>, OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS, PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP.

<sup>1</sup> Artigo 47 c.c. 49 "caput n° 147/2014	", ambos da Lei Complementar n° 123/2006, com redação o	dada pela Lei Complementar
Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
	Visto de	o Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

Este edital será regido pela <u>Lei Federal nº 10.520</u>, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da <u>Lei Federal nº 8.666</u>, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da <u>Lei Complementar 123</u>, de 14 de dezembro de 2006, <u>Lei Complementar nº 147</u> de 07 de agosto de 2014 e <u>Lei nº 8.078</u>, de 1990 do Código de Defesa do Consumidor. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatórios e anexos, que dele fazem parte integrante.

INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 27/03/2018, às 09h00min. TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 10/04/2018, às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 10/04/2018, às 09h10min. INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 10/04/2018, às 09h30min.

LOCAL: www.bll.org.br - "Acesso Identificado"

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, n° 250, Centro, Registro/SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo telefone (13) 3828-1056, ou ainda, através do e-mail **material@registro.sp.gov.br** 

1.2. - Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do **PREGOEIRO** em sentido contrário.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

### 2 - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARESCONDICIONADOS, PARA USO DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP.
- 2.2. O valor total estimado para o certame é de **R\$ 503.417,00** (quinhentos e três mil e quatrocentos e dezessete reais), conforme estimativa de preços constante nos autos do **processo administrativo nº 053/2018.**

# 3 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões BLL (<u>www.bll.org.br</u>).
- 3.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Registro, denominado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (<u>www.bll.org.br</u>).
- 3.3. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo Poder Executivo. As demais condições constam no presente edital, seus anexos e minuta da Ata de Registro de Preços.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

### 4 - REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

### 5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 5.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Bolsa de Licitações e Leilões).
- 5.3. O licitante deverá estar credenciado, preferencialmente de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa de Licitações e Leilões**, em tempo hábil, antes do horário fixado no edital para o encerramento de recebimento das propostas.
- 5.4. O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 5.5. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** está isenta de quaisquer custos de operacionalização e uso do sistema **www.bll.org.br**, ficando a cargo do licitante vencedor do certame os encargos financeiros ou de qualquer espécie estabelecidos com a promotora do sistema, de acordo com o termo contratual ajustado entre as partes (Licitante/BLL Bolsa de Licitações e Leilões) referentes à utilização dos recursos de tecnologia da informação.
- 5.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte, caso queiram optar pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, além da apresentação do TERMO DE OPÇÃO conforme modelo constante do ANEXO III, deverão quando do cadastramento da proposta inicial de preços a ser digitado no sistema, informar no campo próprio sua condição como empresa (ME ou EPP).
- 5.7. Estão **impedidas** de participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:
  - a) Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, assim também, nos termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002;
  - b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;
  - c) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer outras formas de constituição em grupo;
  - d) Estrangeiras que não funcionem no País.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico _	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 5.7.1. As **alíneas "a"** e **"b" do subitem 5.7.** encontram amparo na **SÚMULA Nº 51.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.
- 5.8. A participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

#### **6 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

6.1. - O certame será conduzido pelo **PREGOEIRO**, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as atribuições, constantes das Leis aplicáveis a matéria.

#### <u> 7 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BLL</u>

- 7.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à **BLL Bolsa de Licitações e Leilões**, a qual por meio de seu operador designado indicará implícito conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de registrar a proposta e dar lances em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL Bolsa de Licitações e Leilões**.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 7.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

#### 8 - PARTICIPAÇÃO

- 8.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
- 8.2. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 8.3. É vedado ao licitante identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão do pregão, sob pena de desclassificação do licitante.
- 8.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no <u>sistema operacional</u>, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail <u>contato@bll.org.br</u>.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(R	equerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### 9 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, podendo a formalização do contrato se dar na forma do § 4° do art. 62 da Lei Federal 8666/93.
- 9.1.1. As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas.
- 9.1.2. A Contratada/Detentora da Ata deverá executar as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos.
- 9.2. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

#### 10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) sob a(s) classificação(ões) funcional(is) programática(s) e categoria econômica abaixo discriminadas: **3.3.90.39.**
- 10.2. A ficha orçamentária será indicada conforme disponibilidade das Secretarias requisitantes.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### 11 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS

- 11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, devendo ser observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- 11.2. A pretensão referida no **subitem 11.1.** será formalizada por meio de requerimento endereçado à **Secretaria Municipal de Administração**, o qual deverá ser encaminhado **preferencialmente** através do e-mail **material@registro.sp.gov.br** ou protocolado na Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Registro, situada à Rua José Antônio de Campos, 250 Centro Registro/SP CEP 11900-000, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- 11.3. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. O telefone para contato é (13) 3828-1056.
- 11.4. Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do **PREGÃO** dando-se ciência aos demais licitantes.

# <u>12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL</u>

12.1. - Não serão reconhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)	
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 12.2. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
- 12.3. As medidas referidas no **subitem 12.2.** poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado a Secretaria Municipal de Administração, o qual deverá ser encaminhado **preferencialmente** através do e-mail **material@registro.sp.gov.br** ou protocolado na Seção de Protocolo, a Prefeitura Municipal de Registro, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro Registro/SP, nos dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min.
- 12.4. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do **PREGÃO.**
- 12.5. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação, desde que impliquem em modificação do ato convocatório do **PREGÃO**, além da alteração decorrente, resultará na designação de nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação das propostas.

# 13 - PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 13.1. O registro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 13.2. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 13.3. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** dos serviços ofertados. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações dos serviços neste campo implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 13.4. A empresa deverá apresentar proposta para todos os itens. Não sendo admitida cotação inferior à quantidade prevista para os itens deste Edital.
- 13.5. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações mínimas e condições contidas no ANEXO I.
- 13.6. A validade da proposta será de <u>60 (sessenta) dias</u>, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 13.7. O não atendimento das especificações contidas neste edital acarretará na desclassificação do item e/ou proposta.
- 13.8. A proposta escrita (conforme Anexo II) deverá ser encaminhada somente pelo detentor da melhor proposta, com os valores finais readequados.

# 14 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

14.1. - As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bll.org.br na opção "licitações – cadastro de proposta", desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previsto no preâmbulo para abertura da sessão pública, devendo o licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes no Edital.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 14.2. O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na folha de rosto.
- 14.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 14.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 14.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

# 15 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 15.1. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas.
- 15.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 15.3. Os lances deverão ser formulados sobre o **valor global**, distintos e decrescentes. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 15.3.1. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 15.4. Se ocorrer dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 15.5. Não serão aceitas propostas com preços superiores aos máximos estimados pela Municipalidade.
- 15.6. O descumprimento no disposto no subitem anterior implicará a não contratação.
- 15.7. Fica a critério do **PREGOEIRO** a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 15.8. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará o autor dos lances</u> aos demais participantes.
- 15.9. No caso de desconexão com o **PREGOEIRO**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na forma eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o **PREGOEIRO**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 15.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, através de comunicado que será disponibilizado no acesso público juntamente com o edital.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 15.11. O tempo livre de disputa será de **10 (dez) minutos**, após, será emitido aviso denominado pré-randômico, com duração de **05 (cinco) minutos**.
- 15.11.1. Transcorrido este prazo, o sistema dará início ao tempo **randômico** de até **30** (**trinta**) **minutos**. A sessão será automaticamente encerrada.
- 15.12. O **PREGOEIRO** poderá encerrar facultativamente a sessão, mediante aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo randômico.
- 15.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 15.14. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 15.15. As licitantes que deixarem de dar seus lances, terão suas propostas analisadas pelo **PREGOEIRO**, para verificar se estão em conformidade com os preços e custos estimados para a contratação.

#### 16 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 16.1. Para julgamento será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL.
- 16.2. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, serão observados os seguintes procedimentos:

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 16.2.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:
  - a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;
  - b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 16.2.1., o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";
  - c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 16.2.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **subitem 16.2.1.**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.
- 16.3. O **PREGOEIRO** anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo **PREGOEIRO** acerca da aceitação do lance de menor valor.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 16.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o **PREGOEIRO** examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 16.5. Os documentos relativos à habilitação (conforme item 18 deste edital) do autor da proposta ou lance de menor preço, deverão ser remetidos VIA E-MAIL para material@registro.sp.gov.br, no prazo máximo de 02 (duas) horas, com posterior encaminhamento dos documentos originais e/ou cópia autenticada. A contagem do prazo de 02 (duas) horas, iniciar-se-á a partir da mensagem via "chat" do PREGOEIRO.
- 16.6. A não remessa dos documentos que trata o subitem anterior, ou o encaminhamento após o decurso do prazo, ensejará na **INABILITAÇÃO** do licitante e possível aplicação de penalidade.
- 16.6.1. Caso o prazo encerre-se após o período de expediente, reiniciar-se-ão no primeiro dia útil subsequente.
- 16.7. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o **PREGOEIRO** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nesta etapa o **PREGOEIRO** poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 16.8. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será **ADJUDICADO** ao autor da proposta ou lance de menor preço.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 16.9. O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 16.10. Encerrada a sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

#### <u>17 - PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO</u>

- 17.1. A Empresa vencedora, deverá encaminhar <u>via correio</u>, **NO PRAZO MÁXIMO DE 05** (CINCO) DIAS ÚTEIS após a etapa de lances, a proposta de preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s), datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 01 (uma) única via, em papel timbrado da licitante, elaborada conforme modelo de formulário de proposta ANEXO II, redigida em língua portuguesa, sem rasuras, emendas, borrões, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e assinatura do representante legal da licitante ou pelo procurador (neste caso, devendo ser juntada a procuração).
- 17.1.1. A soma dos totais (valor unitário multiplicado pela quantidade estimada) de cada item deverá corresponder ao preço total da proposta ofertada na fase de lances.
- 17.1.2. O valor da redução em relação à proposta inicial será distribuído de forma proporcional entre os itens, evitando-se o desconto apenas para um item.
- 17.1.3. Não serão admitidos valores com mais de duas casas após a vírgula, portanto, os valores poderão sofrer arredondamento, podendo ocorrer pequenos acréscimos ou supressões no valor final.

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 17.1.4. Junto com a proposta escrita, deverão ser encaminhados os documentos relativos à Habilitação, observando o disposto no **item 18** a seguir.
- 17.2. A proposta escrita deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, sob pena de desclassificação, obrigatoriamente:
  - a) Indicação do item da licitação, devidamente preenchida, contendo preços unitários e totais para os serviços ofertados, contendo no final o valor total da proposta, com aproximação de no máximo 02 (duas) casas decimais;
  - b) Preço líquido para pagamento na forma do item "28" deste edital;
  - c) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão; e,
- 17.3. Não serão admitidas ofertas de serviços que não atendam as especificações mínimas do objeto licitado e contendo mais de uma cotação para o item sob pena de desclassificação.
- 17.4. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, preços líquidos, nestes incluídos todos os custos necessários à execução dos serviços licitados na forma estabelecida na Ata de Registro de Preços, incluindo todos os tributos incidentes, taxas ou despesas adicionais, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega (quando for o caso), transporte, carga, descarga, empilhamento e embalagem, quando for o caso, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final dos serviços. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
		Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 17.4.1. Todas as despesas dos profissionais envolvidos na execução dos serviços são de inteira responsabilidade da contratada.
- 17.5. A omissão de qualquer despesa necessária a perfeita execução do objeto desta licitação, será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.
- 17.5.1. A inclusão de outras condições de pagamento não previstas neste Edital não será considerada para qualquer fim.
- 17.6. Caso haja erro de multiplicação e/ou soma na proposta apresentada, esta será corrigida, considerando os valores unitários como corretos, ato em que o Pregoeiro fará constar na ata de julgamento.
- 17.7. A proposta de preços escrita e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas para o endereço: **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO A/C** Secretaria Municipal de Administração, sito à Rua José Antônio de Campos, nº 250, Centro, Registro /SP, CEP 11900-000, em envelope fechado, consignando-se externamente além do nome da(o) proponente, os seguintes dizeres:

PREGÃO ELETRÔNICO № 014/2018

"ENVELOPE – PROPOSTA DE PREÇOS"

NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

17.8.	- Serão	desclassificad	as as pro	opostas	que	conflitem	com	as	normas	deste	Edital	ou da
legis	lação em	n vigor.										

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
	Visto do J	lurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

# 18 – DA HABILITAÇÃO

18.1. – Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do presente **PREGÃO** são os seguintes:

## 18.1.1. – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- Ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Cédula de identidade, no caso de pessoa física.

#### 18.1.2. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante
   Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos
   Municipais (MOBILIÁRIOS), dentro do prazo de validade;
- e) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do "CRF"
   Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal,
   Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débito dentro do prazo de validade;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, com data de validade de no máximo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

# 18.1.3. – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

 a) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante;

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

a.1) Para empresas que estejam em processo de recuperação judicial, estas deverão apresentar, o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme Súmula nº 50 do TCSP.

**SÚMULA № 50** – "Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital."

- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) Será considerada em boa situação financeira a licitante que demonstrar possuir resultado igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero) em cada um dos seguintes índices:

#### b.1.1.) Índice de Liquidez Geral (LG)

	Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo
LG =	
	Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)

Visto do Jurídico \_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

b.1.2.) Indice	e de	Solvência	Geral	(SG)
----------------	------	-----------	-------	------

	Ativo Total
SG =	=
	Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo

#### b.1.3.) Índice de Liquidez Corrente (LC)

	Ativo Circulante
LC =	
	Passivo Circulante

**b.2)** Caso algum índice do **18.1.3.** alínea "b.1" deste edital seja menor que 1,0 (um vírgula zero), a licitante deverá comprovar um patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, conforme artigo 31, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

# 18.1.4. – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, que deverá ser apresentada através de no mínimo 01 (uma) certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante. Devendo ser comprovado a prestação de serviços de no mínimo 50% a 60% dos quantitativos licitados para o item abaixo. A licitante poderá somar os atestados para cumprimento dos quantitativos.

5 Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 30.000 BTU's. 56	SV	
-----------------------------------------------------------------------	----	--

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)

Visto do Jurídico \_\_\_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

### 18.1.5. – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Termo de opção e Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, conforme modelo do **ANEXO III**, caso o proponente pretenda usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº147, de 7 de agosto de 2014;
- a.1) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas em Lei, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- a.2.) A falta de apresentação da Declaração exigida no subitem 18.1.5. alínea "a" ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.
  - b) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não possui no seu quadro de funcionários, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal c/c o inciso V do artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Conforme modelo do **ANEXO V**;

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- c) Declaração de que o proponente cumpre os requisitos de habilitação, assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei. Conforme modelo do ANEXO IV:
- d) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer esfera do Governo. Conforme modelo do ANEXO VI;
- e) Declaração de conhecimento das informações e que aceita todas as condições do Edital, para cumprimento das obrigações do objeto da licitação. Conforme modelo do ANEXO VII;
- f) Indicação do responsável ou responsáveis que assinarão a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, com a qualificação completa e cargo que ocupa ou ocupam na empresa, nº do CPF e, se procurador o instrumento de mandato. Conforme modelo do ANEXO VIII.

# 18.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 18.2.1. Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.
- 18.2.2. A aceitação dos documentos obtidos via Internet, ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.
- 18.2.3. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ e endereço respectivo.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
		Visto do Jurídico



- 18.2.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 18.2.5. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data da abertura da sessão pública virtual.
- 18.2.6. Os documentos deverão, se possível, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por subitem da habilitação, de modo a facilitar sua análise.
- 18.2.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 18.2.8. A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a **INABILITAÇÃO** do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando se aplicará o disposto no **subitem 18.2.10.** deste edital.
- 18.2.9. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos **sites** dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, devendo para todos os fins, constar as chaves de autenticação para que se possa verificar a autenticidade dos mesmos.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 18.2.10. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e ou trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.
- 18.2.10.1. Havendo alguma restrição quanto a regularidade fiscal e ou trabalhista, à microempresa ou empresa de pequeno porte será concedido um prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, sendo este prazo prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo **PREGOEIRO**.
- 18.2.10.2. A não regularização fiscal e ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02 ou revogar a licitação (LC nº 123/06, art. 43, § 2º).
- 18.3. No mesmo prazo previsto no **subitem 17.1.** (05 dias úteis), a empresa vencedora também deverá encaminhar <u>via correio</u> e no <u>mesmo envelope da proposta de preços</u>, os documentos relativos à habilitação enviados por e-mail (material@registro.sp.gov.br), em originais ou cópias autenticadas, **sob pena de inabilitação**.
- 18.4. Não serão aceitos documentos divergentes dos apresentados eletronicamente (via email) ou via fax, exceto os documentos de ME ou EPP, que poderão ser atualizados conforme previsão legal (*LC* 123/06 e 147/2014).

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	(R	Requerente)
	, ,	·	. ,
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### 19- DOS RECURSOS

- 19.1. Não serão reconhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 19.2. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do **PREGOEIRO** poderá fazê-lo no **prazo de 05 (cinco) minutos**, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 19.3. Após a apresentação das contrarrazões ou do decurso do prazo estabelecido para tanto, o **PREGOEIRO** examinará o recurso, podendo reformar sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- 19.4. O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 19.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 19.6. Os memoriais e as contrarrazões de recurso, devidamente assinados e digitalizados, preferencialmente em arquivo PDF, deverão ser encaminhados através do e-mail material@registro.sp.gov.br.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

### 20 - DA ADJUDICAÇÃO

- 20.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do proponente, importará na decadência do direito de recurso, competindo ao **PREGOEIRO** adjudicar o objeto do certame ao proponente vencedor.
- 20.2. Existindo recurso e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do mesmo a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame ao proponente vencedor.

#### 21 - HOMOLOGAÇÃO

- 21.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.
- 21.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação do proponente adjudicatário para assinar a **Ata de Registro de Preços**, respeitada a validade de sua proposta.

### 22 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATAÇÃO

22.1. - Os itens objeto deste **PREGÃO** serão registrados em Ata de Registro de Preços e contratados consoante as regras próprias do Sistema. Não sendo assinada a Ata de Registro de Preços, poderá a Administração convocar o outro proponente classificado, observada a ordem da classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços **nas mesmas condições de sua oferta**, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
		Visto do Jurídico



- 22.1.1. Concomitante à Ata de Registro de Preços, será emitida a Autorização de Serviços, que indicará o Administrador e Fiscal da execução dos serviços.
- 22.2. Será enviada a Ata de Registro de Preços, Termo de Ciência e Notificação (conforme **ANEXO X**) e Autorização para Início dos Serviços AIS, em formato PDF, à proponente adjudicatária através do e-mail contido no cadastro de dados do Sistema da BLL Bolsa de Licitações e Leilões.
- 22.2.1. Esta Ata de Registro de Preços, Termo de Ciência e Notificação e A.I.S. deverá ser impressa em 03 (três) vias de igual conteúdo, rubricadas em todas as suas páginas, com exceção da última, que deverá ser assinada pelo representante legal indicado.
- 22.2.2. Após assinatura, a Ata, Termo de Ciência e Notificação e A.I.S. deverão ser postadas via Correios, através de carta registrada, dentro do prazo de até **03 (três) dias úteis** após o recebimento do e-mail. O endereço para postagem é: **Prefeitura Municipal de Registro –** Secretaria Municipal de Administração Seção Técnica de Compras e Licitações Rua José Antônio de Campos nº 250 Centro CEP: 11.900-000 Registro/SP.
- 22.2.2.1. O prazo para postagem poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.
- 22.2.2.2. Este prazo refere-se somente à postagem, excluindo o prazo de entrega da correspondência, já que este varia conforme a região em que está sediada a empresa.
- 22.2.3. A Prefeitura Municipal de Registro, por sua vez, colherá as assinaturas restantes, e, após, enviará a via da Detentora da Ata para o endereço indicado.

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
		Visto do Jurídico



- 22.2.4. O não envio da Ata de Registro de Preço à Prefeitura Municipal de Registro dentro do prazo estabelecido ensejará na aplicação das penalidades previstas neste edital como recusa injustificada para assinatura.
- 22.2.5. Alegações como extravio deverão ser comprovadas através do A.R. emitido pela agência dos Correios.
- 22.3. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços e para as eventuais contratações, a Detentora da Ata deverá estar regular perante à Previdência Social e FGTS, podendo, para tanto, a Administração verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.
- 22.4. A contratação com o fornecedor registrado será formalizada por intermédio da emissão da nota de empenho.
- 22.5. A(s) Nota(s) de Empenho(s) serão enviadas pelas Secretarias interessadas à Detentora da Ata por e-mail, caso haja interesse na retirada da(s) Nota(s) de Empenho(s) originais, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes e retirar na Secretaria solicitante.
- 22.6. A recusa injustificada de assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato ou aceitar o instrumento equivalente dela decorrente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da proponente adjudicatária, sujeitando-a às sanções previstas no **item 32 e subitens**.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 22.7. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 22.7.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 22.7.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:
  - a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
  - b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
  - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 22.7.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO poderá:
  - a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações;

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

- b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 22.7.4. Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá proceder à revogação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 22.7.5. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

#### 23 - DA VIGÊNCIA

23.1. - O Registro de Preços terá validade de **12 (Doze) meses.** A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de Preços, durante o qual o **ÓRGÃO GERENCIADOR** não será obrigado a contratar o objeto exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao **DETENTOR DA ATA**, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

### 24 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 24.1. As notas de empenho serão emitidas conforme as necessidades das Secretarias interessadas e os serviços realizados conforme indicação desta.
- 24.1.1 A prestação dos serviços, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho ou Pedido Parcial expedida pela Prefeitura Municipal de Registro.
- 24.2. Os serviços deverão ser iniciados nos locais a serem indicados pela Prefeitura, no prazo de até 03 (três) dias contados do recebimento da nota de empenho emitida pela Secretaria interessada, devendo ser finalizada dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
- 24.2.1. Os locais a serem executados os serviços estão descritos no **ANEXO IX**. Os locais poderão ser alterados caso haja mudança dos endereços.
- 24.2.2. As secretarias de Assistência, Educação e Saúde, que possuem unidades, deverão indicar os endereços caso os serviços sejam executados nas respectivas unidades.
- 24.3 O detentor da ata, quando contratado obriga-se a executar os serviços, observando a segurança do equipamento e segurança pessoal, manual de instalação, e demais normas vigentes com relação ao objeto contratado.
- 24.3.1 O detentor da ata deverá observar o local a ser instalado, podendo alertar a contratante caso o local não seja, ou, não esteja apropriado para receber a instalação.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

24.4. – O Detentor da Ata ficará obrigado a fornecer todos os materiais necessários à instalação dos aparelhos, utilizando-se inclusive de instrumentos e ferramentas adequados à plena execução dos serviços.

#### 25 - DA FISCALIZAÇÃO

- 25.1. Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços, objeto desta licitação, as **Secretarias Municipais**, através dos Secretários ou pessoa responsável por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- 25.2. Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:
  - a) Ordenar à licitante vencedora corrigir ou refazer as partes dos serviços que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
  - b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- 25.3. A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

# 26 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 26.1 Os itens registrados serão recebidos provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição do pessoal que não estejam devidamente aptos a realização dos serviços, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser executado, no local e endereço indicado, de acordo com o **item 24** deste Edital.
- 26.2. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- 26.3. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.
- 26.4. O serviço retido na fiscalização será rejeitado, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no serviço substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista no **item 25.**
- 26.5. O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo serviço prestado.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 26.6. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o serviço fornecido venha causar a **PREFEITURA OU A TERCEIROS**.
- 26.7. A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução do Contrato, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.
- 26.8. O recebimento pela **PREFEITURA**, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- 26.9. A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- 26.10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
  - a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - Na hipótese de substituição/refazimento, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) Na hipótese de complementação, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

#### 27 - DA GARANTIA

- 27.1. O objeto da presente licitação tem garantia mínima de 03 (três) meses a partir da execução dos serviços, incluindo garantia quanto a vícios ocultos e aparentes, devendo o licitante vencedor eliminá-los, às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso, incluindo a remoção e devolução do objeto licitado, após, sanados os problemas que se fizerem necessário o uso da garantia.
- 27.2. Os serviços deverão ser executados garantindo a integridade dos aparelhos de arcondicionado e caso contrário, se comprovada a instalação incorreta, a CONTRATADA ficará obrigada a substituir o aparelho por outro igual ou similar, sem custo adicional, no prazo e condições a serem estabelecidos pela CONTRATANTE.
- 27.3. Nos termos do Art. 3º combinado com o Artigo 39, VIII, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
	Visto do J	Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### 28 - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 28.1. Após a conclusão dos serviços a Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá ser entregue, nos locais a serem indicados pelas Secretarias interessadas. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 28.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.
- 28.2. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Finanças, e ocorrerão em uma das seguintes datas: 11, 21 ou 30/31, desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.
- 28.2.1. As datas relacionadas no subitem 28.2. poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- 28.3. A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- 28.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- 28.5. Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### 29 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

- 29.1. O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal n.º 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.
- 29.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa vencedora (detentora da ata) e a retribuição do Município de Registro para justa remuneração do fornecimento de cada produto/serviço, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.
- 29.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- 29.4. Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos/serviços, sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 29.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, por meio de apresentação de comprovação, notas fiscais de aquisição/contratação dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente a majoração dos preços, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.
- 29.5.1. Caso a empresa vencedora (detentora da ata) seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.
- 29.6. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.
- 29.7. Fica facultado a **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa se mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA.**
- 29.8. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento/serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

29.9. - A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada à revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos dos serviços realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

#### 30 - DA DISPENSA DE GARANTIA

30.1. - Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

#### 31 - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

#### 31.1 – DOS DIREITOS

31.1.1 - Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

#### 31.2 - DAS OBRIGAÇÕES

- 31.2.1 Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
  - a) Efetuar o pagamento ajustado;
  - b) Dar ao **DETENTOR DA ATA** as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
  - c) Prestar ao **DETENTOR DA ATA** todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços.

Visto do Jurídico \_\_

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- d) Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e) Acompanhar e fiscalizar os serviços;
- f) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

#### 31.2.2 - Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:

- a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos serviços, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos serviços, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- c) Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- e) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- g) Comunicar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução do serviço;
- h) Cumprir todas as orientações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- k) Obedecer aos prazos estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e Ata de Registro de Preços;
- Arcar com todos os custos de reposição ou execução dos serviços nos casos em que não tenham sido satisfatórios;

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- m) Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- n) A Contratada/Detentora da Ata assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata;
- o) Os direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da Contratada/Detentora da Ata.

#### 32 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 32.1. Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- 32.1.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

<ul> <li>a) Advertência, por escrito</li> </ul>	o, sempre que ocorrer pequenas irregu	laridades, para as quais
haja concorrido;		
Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)

Visto do Jurídico \_



- Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 32.2. Os licitantes sujeitar-se-ão à imposição de **multa correspondente de até 10% (dez por cento) do valor da proposta** se, por ato ou omissão de seu representante retardar o procedimento licitatório, ou ainda, desistir do lance ofertado.
- 32.3. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico _	



- 32.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
  - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
  - A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 32.5. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, e/ou pelo atraso injustificado na execução do(s) serviço(s), sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
  - a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia; e
  - b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
  - c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 32.6. As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 32.7. Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no **subitem 32.1.1. alíneas "c"** e/ou "**d".**
- 32.8. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- 32.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- 32.9.1. O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.
- 32.9.2. A sanção estabelecida no **subitem 32.1.1. alínea "d"** é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 32.10. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até **10 (dez) dias** da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.
- 32.10.1. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 32.10.2. Na impossibilidade da aplicação do **subitem 32.10.1.** o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- 32.11. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

#### 33 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 33.1. O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
  - a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - b) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - c) Tiver presentes razões de interesse público.
- 33.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 33.3. O **DETENTOR DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
	Visto do Jurídico	<b>.</b>



33.4 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser rescindida de pleno direito pe	ela
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificaç-	ão
judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:	

- a) Inexecução parcial ou total do contrato;
- b) Inobservância de dispositivos legais;
- c) Dissolução de empresa Contratada;
- d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 33.5. Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- 33.6. Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
  - a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
  - b) Lentidão do seu cumprimento, levando o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
  - c) Atraso injustificado na execução;

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- d) Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.

#### 34 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 34.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 34.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **PREGÃO**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
- 34.3. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.
- 34.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 34.5. O proponente assume os custos para a preparação e apresentação de suas propostas, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por estas despesas, independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO**.
- 34.6. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte do proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.
- 34.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO**.
- 34.8. A adjudicação dos itens deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.
- 34.9. Ao **PREGOEIRO** ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 34.10. A diligência a que se refere o item anterior pode até mesmo implicar a apresentação de amostra do objeto cotado, ou, a critério do **PREGOEIRO**, a verificação do objeto no local indicado pela licitante (quando for o caso).
- 34.11. Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas dos proponentes adjudicatários, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços/contrato, independentemente de transcrição.
- 34.12. Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pelo **PREGOEIRO**, com base na legislação vigente.

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)	
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 34.13. O resultado do presente certame será divulgado no endereço eletrônico: www.registro.sp.gov.br e www.bll.org.br.
- 34.14. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.
- 34.15. É de inteira responsabilidade das empresas licitantes o acompanhamento dos esclarecimentos/adendos/erratas ou quaisquer outras informações acerca da presente licitação, dos quais serão publicados avisos no D.O.E. e disponibilizados no site: www.registro.sp.gov.br.
- 34.16. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 34.17. O Foro da Comarca de Registro/SP, será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação.
- 34.18. Integram o presente Edital:

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO;

ANEXO V – DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO;

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

ANEXO IX – ENDEREÇOS DAS SECRETARIAS E UNIDADES;

ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO XI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

Registro, 20 de março de 2018.

### **DÉBORA GOETZ ACETO**Secretária Municipal de Administração

#### VISTO E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1. - O objeto do presente termo de referência é o REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS, PARA USO DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP.

#### 2 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. – Os serviços a serem contratados deverão satisfazer as especificações mínimas abaixo descritas, e serem fornecidos nas quantidades solicitadas. A Administração Municipal não tem obrigatoriedade de contratar quantidades mínimas, devendo a contratada executar as quantidades contratadas.

#### 3 - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA E VALORES ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. – O valor total estimado da contratação é de **R\$ 503.417,00** (quinhentos e três mil e quatrocentos e dezessete reais), sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 9.000 BTU's.	124	SV	R\$ 453,75	R\$ 56.265,00
2	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 12.000 BTU's.	137	SV	R\$ 489,75	R\$ 67.095,75
3	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 18.000 BTU's.	89	SV	R\$ 567,50	R\$ 50.507,50

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



4	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 24.000 BTU's.	89	SV	R\$ 620,75	R\$ 55.246,75
5	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 30.000 BTU's.	56	SV	R\$ 672,75	R\$ 37.674,00
6	Instalação de cortina de ar.	34	SV	R\$ 234,00	R\$ 7.956,00
7	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 9.000 BTU's.	129	SV	R\$ 352,75	R\$ 45.504,75
8	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 12.000 BTU's.	132	sv	R\$ 393,25	R\$ 51.909,00
9	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 18.000 BTU's.	87	SV	R\$ 449,00	R\$ 39.063,00
10	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 24.000 BTU's.	79	SV	R\$ 502,75	R\$ 39.717,25
11	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 30.000 BTU's.	71	SV	R\$ 538,00	R\$ 38.198,00
12	Remoção de cortina de ar.	68	SV	R\$ 210,00	R\$ 14.280,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 503.417,00			

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO 014/2018

FORMULÁRIO DE MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CIDADE:ESTADO:
CNPJ N.:
E-MAIL PESSOAL (REPRESENTANTE LEGAL):
E-MAIL INSTITUCIONAL:

Referente: Pregão Eletrônico nº 014/2018

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas., nossa Proposta relativa à Licitação em referência, destinada ao REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARESCONDICIONADOS, PARA USO DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP, de acordo com a necessidade da Prefeitura, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados em sua execução.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 9.000 BTU's.	124	SV	R\$	R\$
2	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 12.000 BTU's.	137	SV	R\$	R\$
3	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 18.000 BTU's.	89	SV	R\$	R\$
4	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 24.000 BTU's.	89	SV	R\$	R\$

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

5	Instalação de aparelho de ar-condicionado split de 30.000 BTU's.	56	SV	R\$	R\$
6	Instalação de cortina de ar.	34	SV	R\$	R\$
7	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 9.000 BTU's.	129	SV	R\$	R\$
8	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 12.000 BTU's.	132	SV	R\$	R\$
9	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 18.000 BTU's.	87	SV	R\$	R\$
10	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 24.000 BTU's.	79	SV	R\$	R\$
11	Remoção de aparelho de ar-condicionado split de 30.000 BTU's.	71	SV	R\$	R\$
12	Remoção de cortina de ar.	68	SV	R\$	R\$
	VALOR TOTAL ESTIMADO			R\$	

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Atenciosamente.

, de _ (local e data)	de		
(Assinatura do responsável)			
Dubrica 48	(Occasión de Administraçõe) 03		(Davidanta)
Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	Visto do Jurídico	_ (Requerente)



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

## ANEXO III – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

<u>PORTE</u>
(nome da empresa), com sede na
(endereço), inscrita no CNPJ sob o nº
, vem através de seu representante legal abaixo assinado, com
fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006,
manifestar a sua opção pelo tratamento diferenciado e favorecido, estando apta a usufruir do
tratamento ali previsto.
DECLARA ainda, ser:
☐ <b>Microempresa</b> e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
☐ Empresa de pequeno porte e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.
Declaro ainda ter conhecimento dos termos na integra, estando apta, portanto, a exercer o direito de
preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do <b>Pregão Eletrônico nº 014/2018</b> ,
realizado pela <b>Prefeitura Municipal de Registro</b> . Declaro ainda, que no decorrer do último mês não
houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhumas das
situações previstas no artigo 3º, § 4º, Incisos I a X, da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de
2006 (artigo 3º. § 6º, Lei Complementar nº 123/06).
Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.
Em de de 20
(assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)
(4.00.10.10.10.10.10.10.10.10.10.10.10.10.
Rubrica 1 <sup>a</sup> (Secretária da Administração) 2 <sup>a</sup> (Requerente)
Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pela presente, declaro(amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520 / 2002, a

#### REFEFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO № 014/2018

Sr. Pregoeiro,

empresa					(in	ıdicaç	ão da r	azão s	ocial)	
cumpre plenamente	e os requisito	s de habili	tação para o	PREGÃ	O ELE	TRÔ	NICO N	Nº 014/	<b>2018</b> ,	
cujo objeto é o RE	GISTRO DE	PREÇO	PELO PER	ÍODO D	E 12	(DOZ	E) ME	SES, F	PARA	
CONTRATAÇÃO	FUTURA D	E EMPR	ESA ESPE	ECIALIZA	ADA	NA	PREST	'AÇÃC	) DE	
SERVIÇOS DE	INSTALAÇ	ÃO E	REMOÇÃO	DE	APAF	RELH	os c	DE A	RES-	
CONDICIONADOS	, PARA US	O DA SE	CRETARIA	S MUNIC	CIPAIS	DE	REGIS	STRO/S	<b>SP</b> , e	
assume inteira resp	onsabilidade	por quais	quer erros o	u omissõ	ões que	e tiver	em sid	o come	etidos	
quando da prepara	ção da mesm	na, não ha	vendo fato i	mpeditivo	o à sua	a hab	ilitação			
	Em	_ de		de 20						
		Repr	esentante le	gal						
		(com car	imbo da Em	presa)						
										•
Rubrica 1ª		(Secretária	da Administraç	ão) 2ª			(	Requere	ente)	
					Visto o	do Jurí	dico			
					V 1510 C	20 Juin				



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

# ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A que se refere o artigo 2º do Decreto nº 42.911, de 6 de março de 1998.

Eu	(nome com	pleto),
representante legal da empresa	(noi	me da
pessoa jurídica), interessada em participar no Processo	o Licitatório nº 053/2018, P	regão
Eletrônico nº 014/2018, declaro, que não possuímos	no nosso quadro de funcior	nários,
menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou in	salubre, e menores de 16 an	os em
qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprend	liz, a partir dos 14 anos, con	forme
preceitua o inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federa	al c/c o inciso V do artigo 27,	da Lei
Federal nº 8.666/93 e suas alterações;		
Em de	de 20	
Representante legal		
(com carimbo da Empres	a)	
Rubrica 1 <sup>a</sup> (Secretária da Administração) 2	2a (Requer	ente)
	Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

#### Α

PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO N° 053/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS, PARA USO DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP.

Declaramos a inexistência de fato impeditivo quanto à:

- a) Participação em licitação e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93 93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Participação em licitação ou contratação com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

**SÚMULA Nº 51** - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Visto do Jurídico \_\_

Declaramos, ainda, ter conhecimento de que a participação no presente certame implica na inexistência de sanção de declaração de inidoneidade, respondendo por má fé a participação nesta condição.

Por ser verdade, firmamos a presente sob as penas da Lei.

	Em	_ de	_ de 20	
		Representante lega (com carimbo da Emp		
Rubrica 1ª		(Secretária da Administração	o) 2ª	_ (Requerente)



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

#### ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO EDITAL

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO
PROCESSO N° 053/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARESCONDICIONADOS, PARA USO DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP.

Eu (nome			(nome com	npleto), Portador	(a) da Carteira
de Identidade n°			e do C.P.F. nº	o	
representante legal da empresa (nome da pes			me da pessoa		
jurídica), declaro para	os devidos	s fins, ter conh	ecimento e acei	tar as condições	estabelecidas
no Edital acima referi	do, para cu	mprimento das	s obrigações do	objeto da licitaç	ão.
E	m	de	de 20 <sub>.</sub>	·	
		Represent	ante legal		
		(com carimbo	da Empresa)		
Dubrica 48	,	Casuatéria da Adr	iniatra = ~ 1 03		(Degueranta)
Rubrica 1 <sup>a</sup>	(	Secretaria da Adi	ninistração) 2º		_ (Requerente)
				Visto do Jurídico _	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 - Centro - CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

# ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

### Α PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO PROCESSO Nº 053/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2018 OBJETO: REGISTRO DE PRECO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARES-CONDICIONADOS, PARA USO DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP. Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), Portador(a) da Carteira de n° Identidade C.P.F. n° do legal da representante empresa \_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), declaro para os devidos fins, que assinarei a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação referente a Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico nº 014/2018. E-mail Institucional: E-mail pessoal: \_\_\_\_\_ Em de de 20 . Representante legal (com carimbo da Empresa) Rubrica 1<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ (Secretária da Administração) 2<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ (Requerente)

Visto do Jurídico \_\_\_\_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### ANEXO IX - ENDEREÇOS DAS SECRETARIAS E UNIDADES

	ITEM	LOCAL	ENDEREÇO		
	01	CRECHE MUNICIPAL PROF <sup>a</sup> MARIA ZILDA G. NATEL - Setor I	Av. Prof <sup>a</sup> Cecy de Mello Almada, 3841 - Jardim Xangrilá		
	02	Creche Municipal Prof. José da Silva Macedo	Rua Sebastião Jorge Ribeiro, 156 - Jardim Caiçara I		
	03	Creche Lourdes Imaculada	Rua Projetada C, s/nº - Bairro Agrochá		
	04	Creche Nosso Ninho	Rua Capitão João Batista Poci, 522 - Vila São Francisco		
	05	CRECHE MUNICIPAL EDELEIZA SOARES MORATO - Setor II	AV Pedro Alvares Cabral, 299 - Jardim Brasil		
	06	Creche Municipal Jardim São Paulo	Rua Dezenove, Quadra T, 200 - Jardim São Paulo		
	07	Creche Municipal Cecília Santana	Rua Dezenove, s/nº - Cjto Hab. "Eiji Matsumura"		
	08	CRECHE ESTRELINHA AZUL - SETOR III	Rua Rafael Gonçalves de Freitas, 73 - Vila Nova		
	09	Creche Municipal Trenzinho Alegre	Rua Rafael Gonçalves de Freitas, 73 - Vila Nova		
	10	Creche Municipal Bairro Serrote	Rua Hum, 193 - Bairro Serrote		
	11	CRECHE VILA RIBEIRÓPOLIS - SETOR IV	Av. H. Matsuzawa, 801 - Vila Ribeirópolis		
Е	12	Creche Municipal Arapongal Leste	Av. Campo Verde, s/nº - Arapongal		
EDUCAÇÃC	13	Creche Municipal Arapongal Oeste	Av. Palmiro Novi s/Nº - Arapongal		
ĄÇį	14	Creche Municipal Pedacinho do Céu	Rua Willis Vassão, 633 - Vila Ribeirópolis		
o [	15	CRECHE KIYOSHI SEIMARU - SETOR V	Rua Eldorado, 70 - Vila Tupi		
	16	Creche Municipal Novo Mundo	Rua Bahia, 79 -Vila Fátima		
	17	Creche Municipal Gente Feliz	Rua Rio Branco, 90 - Vila Fátima		
	18	Creche Municipal Carmem Helena Pacheco Nogueira	Rua Guanabara, 71 - Centro		
	19	EMEF PROF <sup>a</sup> OLGA CLIVATTI RODRIGUES	Rua Jundiaí, 195 - Jardim São Paulo		
	20	EMEI Pingo de Gente	Rua Três, s/nº - Conj. Hab. "Eiji Matsumura"		
	21	EMEB PREF. PROF. JOSÉ MENDES	Av. Franco Montoro-Conj. Hab. Dra Alzira Pacheco Lomba		
	22	EMEF Hisae Okamoto	Fazenda Chá Ribeira		
	23	EMEF PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	Av. Estados Unidos, 303 - Vila Nova Ribeira		
	24	EMEB PROF <sup>a</sup> NICÉA HIROTA DA SILVA	Rua Sete Barras, 150 - Centro		
	25	EMEF Bairro Ribeirão de Registro	Bairro Ribeirão de Registro		
	26	EMEF PROF® ANNA PINTO BANKS	Rua Anna Pinto Banks, 930 - Vila Cabral		

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
		Visto do Jurídico



	27	EMEI Pedacinho do Céu	Rua Willis Vassão, 633 - Vila Ribeirópolis
	28	EMEF VEREADOR KESAO KASUGA	Rodovia Régis Bittencourt KM 430 - Bairro Serrote
	29	EMEF Bairro Usina do Serrote	Bairro Usina do Serrote
	30	EMEB José Bruno	Estrada Municipal Peropava, s/nº
	31	EMEF JOÃO BATISTA POCI JÚNIOR	Rua Minas Gerais, s/nº - Vila São Francisco
	32	EMEI Balãozinho Vermelho	Rua Mário Massateru Samitsu, 379 - CECAP
	33	EMEI Maria Zilda Gamba Natel	Av. Prof <sup>a</sup> Cecy de Mello Almada, s/n <sup>o</sup> - Jardim Ipanema
	34	EMEF PROF. FERNANDO SÉRGIO DE CAMPOS MACHADO	BR 116 - KM 440 - Bairro Arapongal
	35	EMEF Bairro Guaviruva	Bairro Guaviruva
	36	EMEB PEDREIRA DO ARAPONGAL	Rua Dois, nº 600, Bairro Arapongal
	37	EMEF Jurumirim	Bairro Jurimirim
	38	EMEF BRIGADEIRO DO AR ALBERTO BERTELLI	Rua Manoel Camilo, 676 - Vila Nova
	39	EMEF Capinzal de Cima	Bairro Capinzal do Vitório
	40	EMEF FRANCISCO MANUEL	Av. Pref. Jonas Banks Leite, 358 - Centro
	41	EMEI Chapeuzinho Vermelho	Rua Choichi Ono, 308 - Vila São Francisco
	42	EMEF PREFEITO JOSINO SILVEIRA	Av. Saburo Kameyama, 2378 - Bairro Agrochá
	43 EMEF Oleriano Gonçalves de Souza Bairro Morro do Votupoca		Bairro Morro do Votupoca
	44	EMEF PREFEITO JOSÉ DE CARVALHO	Av. Hum, 586 - Jardim Paulistano
	45	EMEF Bairro Bamburral de Baixo	Bairro Bamburral de Baixo
	46	EMEF Bairro Bamburral de Cima	Bairro Bamburral de Cima
	47	COZINHA PILOTO	Av. Estados Unidos, 305 - Vila Nova Ribeira
	48	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Rua Filomena Aby-Azar, 45/95 - Centro
	49	UBS Centro	Av Clara Gianotti de Souza nº 345 - Centro
	50	PSF Alay Correa	Rua José Grossi Filho nº 421 - Centro
	51	PSF Agrochá	Rua Projetada F nº 10 - Vila Palha
	52	PSF Capinzal	Estrada Municipal - Bairro Capinzal do Vitório s/nº
Ş	53	PSF Votupoca	Estrada Morro do Votupoca s/nº
SAÚDE	54	PSF Taquaruçu	Bairro Taquaruçu
m	55	PSF Chá Ribeira	Bairro Chá Ribeira
	56	UBS Vila Nova	Rua Rafael Gonçalves de Freitas, 221 - Vila Nova
	57	PSF Vila São Francisco	Rua Jerônimo Monteiro Lopes nº 658 - Vila São Francisco
Į	58	PSF Arapongal Oeste	Rua Projetada A nº 180 - Arapongal
	59	PSF Arapongal	Av. Campo Verde nº 110 - Bairro Arapongal

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		No. 1 1 60	
		Visto do Jurídico _	



	60	PSF Serrote	Rua Yushiko Samitsu E nº 35 - Bairro Serrote
	61	UBS Registro-B	Rua Vivaldo Pereira nº 20 - Registro B
	62	PSF Caiçara	Av. José dos Santos nº 40 - Jd. Caiçara
	63	PSF Jardim São Paulo	Rua Bauru nº 450 - Jd. São Paulo
	64	PSF Ribeiropolis	Rua Salvador nº 148 - Vila Ribeirópolis
	65	PSF Xangrilá	Rua Argélia nº 110 - Jd. Xangrilá
	66	Secretaria de Saúde	Rua São Paulo nº 111 - Vila Fátima
	67	UPA- Unidade de Pronto Atendimento	Rua Santa Tereza nº 100 - Jd. São Nicolau
	68	Fisioterapia	Rua Beija Flor nº 20 - VI. Nova
	69	Vigilância Sanitária	Rua Capitão João Poci, 45 - Centro
	70	Cerest	Rua Filomena Aby-Azar, 45 - Centro
	71	CAPS	Rua Nelson Brihi Badur nº 349 - Vila Tupy
	72	Almoxarifado Materiais	Rua Capitão João Poci nº 253 - Centro
	73	Almoxarifado Medicamentos	Rua Sinfrônio Costa nº 686 - Centro
	74	Academia da Saúde	Rua Palmiro Novi nº 500 - Bairro Arapongal
	75	CRAM - Centro de Referência de Atendimento à Mulher	Rua Lucio Marques nº 661 Centro
GABINETE	76	Cartório Eleitoral	Rua Eldorado nº 10 - Vila Tupy
NETE	77	Junta Militar	Rua Dom Pedro II nº 07 - Centro
	78	Gabinete do Prefeito	Rua José Antônio de Campos nº 250 - Centro
	79	Posto de Informação Turistica	Av. Marginal Castelo Branco nº 23
Ω	80	Biblioteca Municipal	Rua Maria Aparecida Nunes de Faria nº 110
JLT	81	Secretaria Municipal de Cultura	Rua Miguel Aby Azar, 135, Centro.
CULTURA	82	Teatro Wilma Bertelli	Rua Miguel Aby Azar, 53, Centro.
	83	Projeto Guri	Projeto Guri, Rua Pio XI, Centro
	84	Biblioteca CEU das Artes	Rua Guaracuí s/nº - Vila Nova

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



	85	AUDITÓRIO CEU DAS ARTES	Rua Guaracuí s/nº - Vila Nova
	86	Auditório Centro Social Urbano	Av. Cecy T. Melo Almada nº 1055
SER	87	Secretaria Municipal de Manutenção Urbana e Serv. Municipais	Av. Clara Gianotti de Souza, 1995 - Vila Romão
SERV. MUNIC.	88	Cemitério Parque da Paz	Rua Prefeito Jose de Carvalho, 188 - Nosso Teto
IIC.	89	Cemitério da Saudade	Rua Alexandre Agenor de Moraes, 152 - Centro
DES.	90	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente	AV. Haguemi Matsuzawa, 875, Ribeirópolis
. AGRARIO	91	Assoc. dos Coletores de Materiais Recicláveis de Registro	Rua Chile, 48, Ribeiropolis
RIO	92	Cooperativa Mista de Trabalho de Produção de Reciclagem de Registro	Av. Cecy Teixeira de Melo Almada nº 2011 - Jd. Xangrilá
	93	CRAS Vila Nova	Rua Guaracuí s/nº - Vila Nova
	94	CRAS Arapongal	Rua Tercilio Tizzo nº 342 - Bairro Arapongal
	95	CRAS Bloco B	Rua Vivaldo Pereira nº 20 - Bloco B
AS	96	CRAS Central	Rua Coronel Jeremias Muniz Junior, 05 - Centro
ASSISTENCIA	97	CRAS Agrochá	Rua 2 nº 5 - Bairro Agrochá
ICIA	98	CRAS Paulistano	Av. Um nº 586 - Jd. Paulistano
	99	CCI	Rua Eldorado, Vila Tupy
	100	Casa Lar	Rua Bauru s/n - Jd São Paulo
	101	Secretaria de Assistência	Rua José Antônio de Campos, 121, Centro
ESPORTES	102	Ginásio Mario Covas	Rua São Paulo s/nº - Jd. Planalto
RTES	103	Centro Social Urbano - Jardim Caiçara I	Av. Cecy T. Melo Almada nº 1055 - Jd. Caiçara

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	
		Visto do Jurídico	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000
Fone (13) 3828.1000 CNPJ - 45.685.872/0001-79

PAÇO	104	Secretaria Municipal de Finanças	Rua José Antônio de Campos nº 250 - Centro
MUNIC	105	Secretaria Municipal de Administração	Rua José Antônio de Campos nº 250 - Centro
IPAL	106	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras	Rua José Antônio de Campos nº 250 - Centro

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2018

Aos	dias do mês de		do ano de dois	mil e dezoito,
na cidade de Regi	istro, Estado de São Paulo,	PREFEITUR	A MUNICIPAL DE	REGISTRO,
através da <b>SECRE</b>	TARIA MUNICIPAL DE ADI	//INISTRAÇ	<b>ĂO</b> , sito na Rua Jos	sé Antônio de
Campos, 250 – Ce	entro – Registro/SP, represent	tada neste a	to pelo <b>PREFEITO</b>	MUNICIPAL,
Senhor <b>GILSON W</b>	VAGNER FANTIN, brasileiro,	casado, por	tador do RG. nº X.	XXX.XXX-X –
XXX/XX, inscrito r	no CPF/MF sob o nº XXX.X	XX.XXX-XX,	residente e domi	ciliado à Rua
XXXXXXXXXXXXX	XX, nº XXX, XXXXXXXXX,	, neste Mun	icípio e Comarca	de Registro,
Estado de São F	Paulo, doravante denominad	do <b>ÓRGÃO</b>	GERENCIADOR,	a empresa:
	,		sito	na
		_, inscrita no	Cadastro Naciona	al de Pessoas
Jurídicas do Min	istério da Fazenda CNPJ/	MF sob o	nº	,
representada nest	e ato por		, inscrito no	Cadastro de
Pessoas Físicas s	ob o nº			(cargo
que ocupa na emp	oresa), doravante denominad	o <b>DETENTO</b>	OR DA ATA; para ¡	proceder, nos
termos da <u>Lei Fed</u>	<u>leral nº 10.520</u> , de 17 de juli	ho de 2002,	aplicando-se, subs	sidiariamente,
no que couberem,	as disposições da <u>Lei Federa</u>	<u>al nº 8.666,</u> c	de 21 de junho de	<b>1993</b> , com as
alterações posterio	ores e <b>Artigos 42, 43, 44, 45</b>	<b>e 46</b> da <u>Le</u>	<u>i Complementar 1</u>	123, de 14 de
dezembro de 2006	6, <u>Lei Complementar nº 147</u>	de <b>07 de ag</b>	osto de 2014 e <u>Le</u>	<u>i nº 8.078</u> , de
1990 do Código	de Defesa do Consumido	r, em face	da classificação d	las propostas
apresentadas no I	Pregão Eletrônico por Reg	istro de Pr	eços n° 014/2018	resultado da
licitação e homolo	gado pelo Prefeito Municipal	de Registro	, <b>RESOLVE</b> regist	rar os preços
para a contratação	dos itens conforme consta no	o <b>ANEXO I</b> d	lo Edital, que passa	a a fazer parte
integrante desta, te	endo sido, os referidos preços	s, oferecido p	ela empresa:	
Rubrica 1ª	(Secretária da Admi	inistração) 2ª _		_(Requerente)
			Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
	VALOR TOTAL			R\$	

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE APARELHOS DE ARESCONDICIONADOS, PARA USO DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE REGISTRO/SP, na modalidade de PREGÃO, por meio de Sistema Presencial, através de Sistema de Registro de Preços (SRP).

A presente licitação visa o Registro de Preços para contratações frequentes e de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Registro, nos termos do Artigo 3º, I do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013. As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas. A Contratada/Detentora da Ata deverá fornecer as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos. Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª _		_(Requerente)
		Visto do Turídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses. A vigência da Ata de Registro de
eços ficará condicionada à data da sua assinatura e à validade do presente Registro de
eços, (/
o será obrigado a contratar os serviços referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo
stema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar
nveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas
tentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas
ra tanto, garantidos ao <b>DETENTOR DA ATA</b> , neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
ÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO
OS SERVIÇOS
As notas de empenho serão emitidas conforme as necessidades das Secretarias
eressadas e os serviços realizados conforme indicação desta.
.1 - A prestação dos serviços, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento,
verá ser realizado mediante apresentação da Nota de Empenho ou Pedido Parcial
pedida pela Prefeitura Municipal de Registro.
2 Os serviços deverão ser iniciados nos locais a serem indicados pela Prefeitura,
prazo de até 03 (três) dias contados do recebimento da nota de empenho emitida
balagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
prazo de até 03 (três) dias contados do recebimento da nota de empenho emitico la Secretaria interessada, devendo ser finalizada dentro do prazo máximo de 24 (vintequatro) horas, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes o abalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.

Rubrica 1<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ (Secretária da Administração) 2<sup>a</sup> \_\_\_\_\_ (Requerente)

Visto do Jurídico \_\_\_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 3.2.1. Os locais a serem executados os serviços estão descritos no **ANEXO IX** do Edital. Os locais poderão ser alterados caso haja mudança dos endereços.
- 3.2.2. As secretarias de Assistência, Educação e Saúde, que possuem unidades, deverão indicar os endereços caso os serviços sejam executados nas respectivas unidades.
- 3.3 O detentor da ata, quando contratado obriga-se a executar os serviços, observando a segurança do equipamento e segurança pessoal, manual de instalação, e demais normas vigentes com relação ao objeto contratado.
- 3.3.1 O detentor da ata deverá observar o local a ser instalado, podendo alertar a contratante caso o local não seja, ou, não esteja apropriado para receber a instalação.
- 3.4. O Detentor da Ata ficará obrigado a fornecer todos os materiais necessários à instalação dos aparelhos; utilizando-se inclusive de instrumentos e ferramentas adequados à plena execução dos serviços.

# CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1. Não obstante o fato do Detentor da Ata ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços, objeto desta licitação, as **Secretarias Municipais**, através dos Secretários ou pessoa responsável por eles indicados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização da sua execução, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle.
- 4.2. Compete à fiscalização designada pela Prefeitura, entre outras atribuições:

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- a) Ordenar à licitante vencedora corrigir ou refazer as partes dos serviços que apresentarem imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- b) Encaminhar à Prefeitura o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
- 4.3. A ação da fiscalização não exime a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 5.1 Os itens registrados serão recebidos provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da **DETENTORA DA ATA** e o presente Edital, podendo, a **PREFEITURA**, em seu exclusivo entendimento, determinar a substituição do pessoal que não estejam devidamente aptos a realização dos serviços, assim também, como sua complementação, caso não estejam em números efetivamente contratados. O objeto deverá ser executado, no local e endereço indicado, de acordo com a Cláusula Terceira deste Edital.
- 5.2. Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações do edital, superando a fase de fiscalização.
- 5.3. Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, a **PREFEITURA** não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
	Visto do .	Jurídico



- 5.4. O serviço retido na fiscalização será rejeitado, correndo às expensas da **DETENTORA DA ATA** o custo das providências quanto à sua retirada e ou substituição em prazo fixado pela **PREFEITURA**, sendo que, no serviço substituído, será realizada a mesma fiscalização prevista na Cláusula Quarta.
- 5.5. O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo serviço prestado.
- 5.6. O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o serviço fornecido venha causar a **PREFEITURA OU A TERCEIROS**.
- 5.7. A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução do Contrato, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.
- 5.8. O recebimento pela **PREFEITURA**, provisório ou definitivo do objeto licitado, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.
- 5.9. A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
	V	isto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 5.10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
  - a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - Na hipótese de substituição/refazimento, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
  - c) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
  - d) Na hipótese de complementação, o DETENTOR DA ATA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA**

6.1. - O objeto da presente licitação tem garantia mínima de 03 (três) meses a partir da execução dos serviços, incluindo garantia quanto a vícios ocultos e aparentes, devendo o licitante vencedor eliminá-los, às próprias expensas, sob pena de incidir em inexecução contratual. Ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso, incluindo a remoção e devolução do objeto licitado, após, sanados os problemas que se fizerem necessário o uso da garantia.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		_(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 6.2. Os serviços deverão ser executados garantindo a integridade dos aparelhos de arcondicionado e caso contrário, se comprovada a instalação incorreta, a CONTRATADA ficará obrigada a substituir o aparelho por outro igual ou similar, sem custo adicional, no prazo e condições a serem estabelecidos pela CONTRATANTE.
- 6.3. Nos termos do Art. 3º combinado com o Artigo 39, VIII, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1. Após a conclusão dos serviços a Nota Fiscal/Fatura emitida pela Contratada deverá ser entregue, nos locais a serem indicados pelas Secretarias interessadas. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.
- 7.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da Nota de Empenho/Nota de Empenho Parcial.
- 7.2. O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado conforme cronograma da Secretaria Municipal de Finanças, e ocorrerão em uma das seguintes datas: 11, 21 ou 30/31, desde que a referida fatura seja entregue na Secretaria Municipal de Finanças, devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 7.2.1. As datas relacionadas no subitem 7.2. poderão sofrer alterações, podendo ocorrer antecipações ou atrasos de acordo com cada mês.
- 7.3. A Contratada não poderá protocolizar a Nota Fiscal/ Fatura antes do recebimento do objeto por parte da Contratante.
- 7.4. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá obedecendo ao cronograma acima citado.
- 7.5. Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

- 8.1. O preço registrado não será objeto de atualização monetária ou reajustamento de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.840/94 e somente será admitida, nos limites da Lei, a recomposição de preços de que trata o art. 65, II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e ulteriores alterações.
- 8.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa vencedora(detentora da ata) e a retribuição do Município de Registro para justa remuneração do fornecimento de cada produto/serviço, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro ou Contrato dela decorrente, mediante procedimento administrativo devidamente instaurado para recomposição dos preços contratados.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
		Visto do Jurídico



- 8.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- 8.4. Sempre que ocorrer as alterações de preços constantes dos itens anteriores, os preços registrados dos produtos/serviços, sofrerão alteração, aumentando ou diminuindo o preço registrado, na mesma percentagem e proporção da majoração ou redução.
- 8.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **DETENTORA DA ATA**, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, por meio de apresentação de comprovação, notas fiscais de aquisição/contratação dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas anteriormente a data de apresentação da proposta comercial. Deverá também, exibir notas fiscais de aquisição dos produtos ou listas de preços de fornecedores, ou ainda, cotações de preços junto aos fornecedores, emitidas posteriormente a majoração dos preços, para que através do confronto dos documentos, seja comprovado que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.
- 8.5.1. Caso a empresa vencedora (detentora da ata) seja fabricante do(s) produto(s), a demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços, dar-se-á através da apresentação de pelo menos duas planilhas de custos, sendo uma contendo todos os dados de composição dos custos vigentes na data de apresentação da proposta comercial e outra elaborada posteriormente a majoração dos preços.
- 8.6. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela **PREFEITURA**, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 8.7. Fica facultado a **PREFEITURA**, realizar ampla pesquisa se mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos parágrafos anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela **DETENTORA DA ATA**.
- 8.8. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a **DETENTORA DA ATA** não poderá suspender o fornecimento/serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
- 8.9. A **DETENTORA DA ATA**, quando autorizada à revisão dos preços, receberá os valores correspondentes à cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, relativas aos fornecimentos dos serviços realizados após o protocolo do pedido de revisão até o acolhimento do pedido de revisão.

#### CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

- 9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 9.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 9.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO deverá:

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
	Visto do J	Jurídico



- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 9.1.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO poderá:
  - a) Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações;
  - b) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
  - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 9.1.4. Não havendo êxito nas negociações, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO** deverá proceder à revogação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 9.1.5. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
		Visto do Jurídico



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPENSA DE GARANTIA

10.1. - Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente PREGÃO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

#### 11.1 - DOS DIREITOS

11.1.1 - Constituem direitos do **ÓRGÃO GERENCIADOR** receber o objeto nas condições avençadas e do **DETENTOR DA ATA** perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

#### 11.2 - DAS OBRIGAÇÕES

- 11.2.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
  - a) Efetuar o pagamento ajustado;
  - b) Dar ao **DETENTOR DA ATA** as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços;
  - c) Prestar ao **DETENTOR DA ATA** todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços;
  - d) Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª	_ (Requerente)

Visto do Jurídico \_



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- e) Acompanhar e fiscalizar os serviços;
- f) Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

#### 11.2.2. - Constituem obrigações do **DETENTOR DA ATA**:

- a) Executar o objeto desta licitação de acordo com as especificações e condições do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos serviços, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- b) Prestar garantia pelo prazo ofertado na proposta, a partir do termo de aceite, dos serviços, durante o qual correrão por sua conta todas as despesas de qualquer natureza;
- c) Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- d) Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



- f) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- g) Comunicar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça a execução do serviço;
- h) Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- j) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- k) Obedecer aos prazos estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e Ata de Registro de Preços;
- Arcar com todos os custos de reposição ou execução dos serviços nos casos em que não tenham sido satisfatórios;
- m) Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- n) A Contratada/Detentora da Ata assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata;
- Os direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da Contratada/Detentora da Ata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Os participantes que ensejarem no retardamento da execução do certame, não mantiverem sua proposta, falharem ou fraudarem a presente contratação, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como aos Artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao MUNICÍPIO pelo infrator:
- 12.1.1. Nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:
  - a) Advertência, por escrito, sempre que ocorrer pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório ou na Ata de Registro de Preços;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 12.2. Os licitantes sujeitar-se-ão à imposição de **multa correspondente de até 10% (dez por cento) do valor da proposta** se, por ato ou omissão de seu representante retardar o procedimento licitatório, ou ainda, desistir do lance ofertado.
- 12.3. Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor adjudicado à ela, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade.

Rubrica 1 <sup>a</sup>	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico _	



- 12.4. A adjudicatária que recusar injustificadamente e/ou deixar de assinar a Ata de Registro de Preços e Termo de Ciência e Notificação, ou não assiná-los dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:
  - a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor adjudicado à ela;
  - A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 12.5. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, e/ou pelo atraso injustificado na execução do(s) serviço(s), sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:
  - a) Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia; e
  - b) Atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 2% (dois por cento) do valor total da Nota de Empenho ao dia;
  - c) A aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 12.6. As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 12.7. Após o terceiro caso de advertência, independente de quitação de multa, poderá a Administração aplicar o disposto no **subitem 12.1.1. alíneas "c"** e/ou **"d".**
- 12.8. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.
- 12.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo, desde que requerido previamente e motivando tal pedido.
- 12.9.1. O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.
- 12.9.2. A sanção estabelecida no **subitem 12.1.1. alínea "d"** é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 12.10. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de até **10 (dez) dias** da data de sua cominação, mediante quia de recolhimento oficial.
- 12.10.1. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- 12.10.2. Na impossibilidade da aplicação do **subitem 12.10.1.** o não pagamento da(s) multa(s) ensejará à inscrição da empresa na Dívida Ativa do município, sendo esta cobrada posteriormente de forma extrajudicial. Não havendo êxito, a multa será cobrada judicialmente.
- 12.11. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

# <u>CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>

- 13.1. O **DETENTOR DA ATA** terá seu registro cancelado quando:
  - a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - c) Tiver presentes razões de interesse público.
- 13.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Rubrica 1ª	(Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



- 13.3. O **DETENTOR DA ATA** poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 13.4. A **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** poderá ser rescindida de pleno direito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
  - a) Inexecução parcial ou total do contrato;
  - b) Inobservância de dispositivos legais;
  - c) Dissolução de empresa Contratada;
  - d) Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.5. Nos casos de rescisão previstos em Lei, quando couber, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- 13.6. Por ato unilateral do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando ocorrer o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
  - a) Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		_ (Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

- b) Lentidão do seu cumprimento, levando o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) Atraso injustificado na execução;
- d) Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR:
- e) Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços está vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 014/2018** e à proposta da **DETENTORA DA ATA**, fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EFICÁCIA

A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula na Imprensa Oficial.

Rubrica 1ª	_ (Secretária da Administração) 2ª		(Requerente)
		Visto do Jurídico	



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de REGISTRO para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

GILSON WAGNER FANTIN Prefeito Municipal P/ Órgão Gerenciador	REPRESENTANTE LEG P/ Detentor da Ata	i <b>AL</b>
Testemunhas:		
Nome: R.G.:	Nome: R.G.:	
<u>VISTO I</u>	E APROVADO PELA ASSESSORIA JURÍDIO	<u>CA</u>
Rubrica 1 <sup>a</sup>	(Secretária da Administração) 2ª	(Requerente)
	Visto do Jurídi	co



Rua José Antônio de Campos, nº 250 – Centro – CEP 11900-000 Fone (13) 3828.1000 CNPJ – 45.685.872/0001-79

## ANEXO XI - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Atendimento às Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

CONTRATANTE:
CONTRATADA:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
OBJETO:
ADVOGADO (S):
Na qualidade de Órgão Gerenciador e Detentor da Ata, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.
Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.
Local e data.
CONTRATANTE:
NOME E CARGO:
E-MAIL INSTITUCIONAL:
E-MAIL PESSOAL:
ASSINATURA:
CONTRATADA:
NOME E CARGO:
E-MAIL INSTITUCIONAL:
E-MAIL PESSOAL:
ASSINATURA:
Rubrica 1 <sup>a</sup> (Secretária da Administração) 2 <sup>a</sup> (Requerente)
Visto do Jurídico